



Em 12/08/2014  
Soraya Sotero Silva  
Assessora Especial  
Procuradoria Geral do Município  
Decreto nº 053/2013

**ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**LEI Nº 2.187, DE 12 DE AGOSTO DE 2.014.**

*“Autoriza a mudança de destinação de área urbana e dá outras providências.”*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**

**Faço saber que:**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à mudança de destinação de área de terreno urbano com sua consequente desafetação, para fim de doação a **BOM SABOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME**, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o nº 05.549.955/0001-16, com sede na Praça do Mercado Novo s/n, Centro, objetivando a implementação de um projeto de instalação de uma indústria, no imóvel de propriedade do Município, a seguir descrito:

**I** – “Uma área de terra urbanizada caracterizada como Área Institucional do Loteamento Parque do Trevo - DENOMINADA APM – 01. A ÁREA TOTAL: 5.177,76 M². A NORTE: 136,52 M² - Frente, para a Rua das Camélias, A SUL 122,63 M² - Fundo para a Rua das Samambaias, A LESTE: 68,02 M² - Direita, para a APM - 02 e a OESTE: R=10,5 M² - Esquerda para o encontro da Rua das Camélias com a Rua das Samambaias no Setor DO LOTEAMENTO PARQUE DO TREVO, em Porto Nacional, Tocantins.

**Art. 2º** - A Empresa terá o prazo de 12 (doze) meses para iniciar a construção sob pena do imediato retorno do bem ao patrimônio do Município, sendo que a empresa



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

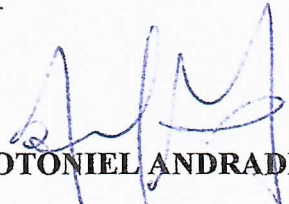
somente poderá escriturar o imóvel após o término da construção e com a devida vistoria do Município.

**Art. 3º** - A utilização do imóvel para outra finalidade que não a mencionada no art. 1º desta Lei acarretará a retrocessão ao Município, sem quaisquer ônus para o doador.

**Art. 4º**- As despesas decorrentes da escritura pública de doação e transcrições correrão por conta do donatário.

**Art. 5º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**, Estado do Tocantins, aos 12 dias do  
mês de Agosto do ano de 2014.

  
**OTONIEL ANDRADE COSTA**  
**Prefeito Municipal**